



MANIFESTO

POR UM MUNICÍPIO MAIS INCLUSIVO A JUVENTUDE

É público e notório os desafios da atual gestão mediante a dívida pública do município de Itapemirim, dívida esta não contraída durante a atual gestão, mas que claramente não está sendo tratada com a seriedade necessária. Temos ciência de que a plataforma de petróleo responsável pelos royalties do município encontra-se em manutenção e que, devido a isso, tivemos uma perda recente desta arrecadação.

Porém, mesmo diante do atual cenário e com aviso por parte do poder legislativo comunicado pelo presidente da casa na Sessão Ordinária N° 5 do ano legislativo de 2023 (5 dias antes), houve inação por parte do poder executivo, que poderia ter evitado o cenário ocorrido no dia 06 de março de 2023, no qual o transporte escolar foi suspenso devido ao atraso no pagamento do fornecedor de serviço, impedindo assim que jovens pudessem ter acesso às instituições de ensino naquele dia.

É lamentável que, mediante todo o descaso sofrido pelos jovens munícipes na pandemia de 2020, na qual muitos jovens foram impedidos pelo isolamento, juntamente com a desigualdade social e a precarização do acesso à internet, agravaram de maneira irreversível o aprendizado de muitos. A soma dos fatores inviabilizou o acesso às aulas virtuais, mesmo com todas as suas limitações. É importante ressaltar que não houve medidas governamentais na época para evitar esse tipo de precarização.

Portanto, diante da gravidade dos descasos aqui expostos, é inadmissível que o poder executivo tenha protagonizado, por inação e prevaricação, um cenário no qual os alunos ficaram sem transporte público, como ocorrido no dia 06 de março de 2023.

REIVINDICAÇÕES

- Imediata retomada do transporte público municipal e intermunicipal para os alunos.
- Criação de um projeto de lei em parceria entre o poder executivo e legislativo para evitar que ocorra novamente e garantir aos alunos este recurso de forma perene.
- Melhores condições de transporte tendo em vista as diversas reclamações relatadas pelos alunos.



Autenticar documento em <https://camaraitapemirim.splonline.com.br/autenticidade> com o identificador 310030003800340031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

- Melhores condições de higiene.
- Melhora na logística de distribuição dos alunos a fim de evitar superlotação.
- Rotas extras/ônibus extras, porque há muitos alunos que vão e voltam de pé.
- Carteira de transporte virtual de forma complementar a carteira física atual.

SUGESTÕES

Criação de um conselho municipal de juventude

Um Conselho Municipal de Juventude pode ajudar quanto ao transporte escolar de várias maneiras, como:

1. Identificar e mapear as principais dificuldades e demandas dos jovens em relação ao transporte escolar no município;
2. Propor medidas e soluções para melhorar a qualidade e a efetividade do transporte escolar, como a criação de novas rotas, horários adequados, disponibilização de ônibus e veículos adequados para atender a demanda, entre outras;
3. Fazer pressão política e social para que o poder público invista na melhoria do transporte escolar, por meio da elaboração de projetos, campanhas, mobilizações e diálogo com gestores e representantes públicos;
4. Acompanhar a implementação e a efetividade das medidas propostas, monitorando e fiscalizando a qualidade e a segurança do transporte escolar;
5. Promover a conscientização e a mobilização dos jovens em relação aos seus direitos de acesso ao transporte escolar e à educação, divulgando informações e realizando atividades de formação e participação social.

Elaboração de políticas pública para reverter danos educacionais causados pela pandemia da covid-19.

Há muitas políticas educacionais que poderiam ser aplicadas durante o uso do transporte coletivo, principalmente tendo em vista a vasta distância percorrida pelo transporte intermunicipal. Algumas sugestões incluem a distribuição de livros, acesso à internet, distribuição de materiais educacionais via canais digitais para os inscritos na base de dados municipal de municípios que utilizam o transporte público ou possuem a carteira de transporte do estudante. Também é importante exigir a comprovação de vacinação obrigatória para a emissão da carteira de transporte, entre muitas outras medidas que podem ser implementadas para melhorar o transporte escolar e garantir um acesso adequado à educação para os alunos.

